

Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras

2025





CPFL Comercialização Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	10
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	11
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	13
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	14
(1) CONTEXTO OPERACIONAL	15
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	18
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO	30
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	31
(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	31
(8) TRIBUTOS A COMPENSAR	32
(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS	33
(10) OUTROS ATIVOS	34
(11) INVESTIMENTOS	34
(12) IMOBILIZADO	35
(13) INTANGÍVEL	36
(14) FORNECEDORES	36
(15) DEBÊNTURES	37
(16) IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	38
(17) OUTRAS CONTAS A PAGAR	38
(18) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS	38
(19) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40
(20) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	42
(21) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	42
(22) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	43
(23) RESULTADO FINANCEIRO	43
(24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	44
(25) SEGUROS	45
(26) INSTRUMENTOS FINANCEIROS	46
(27) COMPROMISSOS	49
(28) GESTÃO DE RISCO	49
(29) EVENTOS SUBSEQUENTES	52

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2024, exceto quando especificado de outra forma.

1) Considerações Iniciais

Após o marco regulatório observado em 2024, o mercado livre de energia entrou em 2025 em um novo estágio de maturidade, caracterizado pela continuidade da expansão da base de consumidores, porém com desaceleração no ritmo de migrações. Esse movimento sinaliza a transição de um ciclo de forte abertura para uma fase de consolidação e maior seletividade no crescimento.

No mercado atacadista, a base de unidades consumidoras manteve trajetória de crescimento, passando de 41.074 UCs em 2024 para 44.308 UCs em 2025, de acordo com dados publicados pela CCEE em dezembro de 2025, o que representa um avanço de 8%. Esse desempenho reflete a solidez do segmento e a permanência do interesse de consumidores de maior porte pelo Ambiente de Contratação Livre (ACL). Por outro lado, o volume de migrações para o atacado apresentou retração relevante, com queda de 50%, totalizando 3.234 migrações em 2025, frente a 6.502 em 2024. Esse comportamento indica que parte expressiva do potencial elegível já foi capturada nos ciclos anteriores, reduzindo o fluxo incremental de novas entradas.

O mercado varejista, por sua vez, consolidou-se como o principal vetor de expansão da base do ACL. Entre 2024 e 2025, o número de unidades consumidoras cresceu de 22.844 para 37.943, representando um aumento absoluto de 15.099 UCs, equivalente a um crescimento expressivo de 66%. Esse avanço reforça o papel estratégico do varejo no processo de democratização do mercado livre, ampliando o acesso de consumidores de menor porte a soluções mais flexíveis e competitivas.

Ainda assim, o ritmo de migrações no varejo apresentou desaceleração em 2025, com 15.099 migrações, frente a 19.864 no ano anterior, uma redução de 24%. O movimento sugere uma normalização após o pico observado em 2024.

De forma geral, os dados indicam que o mercado livre segue em expansão estrutural, impulsionado principalmente pelo varejo, mas passa a demandar estratégias cada vez mais focadas em qualificação da carteira, retenção de clientes e captura de valor ao longo do relacionamento. Nesse contexto, a atuação estratégica, aliada à inovação em produtos e serviços e ao fortalecimento do relacionamento com os clientes, torna-se fundamental para sustentar o crescimento e consolidar posições no atual estágio de evolução do setor energético.

2) Comentário sobre a Conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2025 teve início em um ambiente de incerteza global, decorrentes da nova administração de Donald Trump nos Estados Unidos e a adoção de três mudanças relevantes: imposição de tarifas de importação, endurecimento das regras de imigração e a aprovação de um orçamento federal com trajetória deficitária para os próximos anos.

As tarifas representaram uma mudança na lógica tradicional do comércio americano, mas seu impacto foi menor do que o inicialmente esperado. Isso ocorreu devido ao recuo do governo em diversas medidas quando foram identificados impactos econômicos significativos. O tema também segue em disputa judicial e aguarda decisão da Suprema Corte sobre a legalidade do uso do instrumento de “emergência econômica”. Outro fator que reduziu os impactos foi a antecipação de compras pelas empresas, para formação de estoques.

As mudanças recentes na política comercial e fiscal dos Estados Unidos elevaram a incerteza em relação ao desempenho do dólar no longo prazo, incentivando maior diversificação das reservas internacionais por parte de diversos bancos centrais. Esse movimento contribuiu para a valorização do ouro e para uma acomodação do valor da moeda norte americana. No campo monetário, o Federal Reserve reduziu a taxa básica de juros em 75 pontos-base diante da moderação do mercado de trabalho, passando a adotar postura de espera. A inflação dos Estados Unidos para o ano de 2025 fechou em 2,7%.

No Brasil, ao longo de 2025, foram mantidas e ampliadas iniciativas voltadas à sustentação da demanda doméstica, incluindo benefícios fiscais, reforço de programas sociais e expansão de linhas de crédito subsidiadas. Para conter os efeitos inflacionários dessas medidas, o Banco Central manteve a política monetária em nível restritivo. O resultado foi uma desaceleração moderada e heterogênea da atividade econômica, que seguiu operando com baixo nível de ociosidade. Setores mais sensíveis às condições de crédito registraram moderação, enquanto atividades relacionadas à renda, como grande parte do setor de serviços, mantiveram bom ritmo.

Nesse contexto, a taxa Selic foi elevada em 2,75 p.p. e permaneceu em 15% ao ano por um período prolongado. A inflação e as expectativas inflacionárias apresentaram desaceleração moderada, mantendo-se mais próximas do teto do que do centro da meta do Banco Central. O IPCA encerrou 2025 em 4,3%, resultado inferior às projeções iniciais.

Esse resultado foi determinado pelo comportamento de Alimentação no domicílio e Bens industriais, influenciado por boas safras, efeitos temporários da gripe aviária (que reduziu exportações e ampliou a oferta doméstica), impactos das tarifas impostas pelos Estados Unidos sobre carnes e café, além da apreciação do real, que ajudou a conter os preços de bens industriais após os aumentos registrados no primeiro quadrimestre, decorrentes da depreciação cambial do ano anterior. Por outro lado, o segmento de Serviços manteve variação próxima a 6% em termos anuais, acompanhando a evolução do mercado de trabalho e da atividade econômica.

3) Desempenho Operacional

Vendas de energia

Em 2025, as vendas de energia para clientes livres e por meio de negociações bilaterais foi de 18.749 GWh, o que representa uma redução de 15,9% (22.291 GWh) em relação a 2024.

4) Desempenho Econômico-Financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas. Destacamos que os números abaixo demonstrados são da CPFL Brasil controladora, sem qualquer efeito da CPFL Transmissão. Porém, o EBITDA da CPFL Brasil controladora considera o resultado da CPFL Transmissão via equivalência patrimonial. Os números da CPFL Transmissão estão demonstrados em seu Relatório da Administração Societário e Regulatório, em suas demonstrações financeiras individuais e nas notas de combinação de negócios da CPFL Energia.

Receita operacional

A receita operacional bruta foi de R\$ 3.100 milhões em 2025, representando uma redução de 11,3% (R\$ 394 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 399 milhões em 2025, representando uma redução

de 13,8% (R\$ 64 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 2.701 milhões em 2025, representando uma redução de 10,9% (R\$ 330 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA)

O EBITDA foi de R\$ 231 milhões em 2025, representando uma queda de 59,9% (R\$ 344 milhões), refletindo as seguintes variações: (i) redução de 10,9% (R\$ 330 milhões) na receita líquida, (ii) queda do resultado da consolidação da sua subsidiária CPFL Transmissão, via equivalência patrimonial, que representou uma redução de 14,4% (R\$ 89 milhões); e (iii) aumento de 41,0% (R\$ 23 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros e outros custos/despesas operacionais)..

A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

Redução de 17,4% (R\$ 6 milhões) nas despesas com pessoal;

Redução de 21,2% (R\$ 0,1 milhão) nas despesas com material;

Redução de 1,4% (R\$ 0,2 milhão) nas despesas com serviços de terceiros;

Aumento de 584,7% (R\$ 30 milhões) em outros custos/despesas operacionais.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pela redução de 3,2% (R\$ 97 milhões) no custo com energia elétrica.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA*

	2025	2024
Lucro Líquido	142.279	617.851
Depreciação e Amortização	4.788	6.529
Amortização Mais Valia de Ativos	52.302	- 74.467
Resultado Financeiro	31.838	25.188
Contribuição Social	- 6	- 8
Imposto de Renda	-	- 22
EBITDA	231.202	575.071

*Conforme Resolução CVM nº 156/22.

Lucro líquido

A CPFL Brasil apurou lucro líquido de R\$ 142 milhões em 2025, representando uma queda de 77,0% (R\$ 476 milhões), devido à (i) redução de 59,9% (R\$ 344 milhões) no EBITDA; (ii) variação de R\$ 127 milhões na conta Amortização Mais Valia de Ativos, que passou de um positivo de R\$ 74 milhões para um negativo de R\$ 52 milhões; e (ii) aumento de 26,4% (R\$ 7 milhões) nas despesas financeiras líquidas. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela redução de 26,7% (R\$ 2 milhões) na conta Depreciação e Amortização.

Endividamento

Ao final de 2025, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Brasil atingiu R\$ 482 milhões, um aumento de 26,7%.

5) Investimento

Em 2025, foram investidos R\$ 1,5 milhão, destinados principalmente ao aprimoramento dos sistemas de gestão de portfólio e risco.

6) Aspectos ESG (Ambientais, Sociais e de Governança)

A CPFL Brasil desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em três pilares: Negócios de baixo carbono e segurança energética, Operações inteligentes e sustentáveis e Geração de valor compartilhado com a sociedade. O plano se desdobra atualmente em 18 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Monitoramento dos compromissos do Plano ESG 2030: ferramenta de gestão do desempenho em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: www.cpfl.com.br/rj > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Gestão de Recursos Humanos: Em 2025, treinamos 110 colaboradores. Foram 1,3 mil horas treinadas.

Rede de Valor: Os fornecedores da CPFL Brasil não são acompanhados no Supply Base Management (SBM), por isso, não são convidados para participar das reuniões da Rede de Valor.

Relacionamento com a comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Brasil atua, em 2025 destacam-se: **(i) CPFL Intercâmbio Brasil-China:** Em 2025, a frente Intercâmbio Brasil><China impactou mais de 1,6 milhões de pessoas. Essa edição contou com uma exposição de arte chinesa, espetáculo de dança, um festival cultural, publicações de livros, concertos de música e dois encontros especiais do Café Filosófico CPFL, além do lançamento de uma série documental na TV Cultura, uma playlist de música no Spotify e um canal exclusivo no YouTube; **(ii) Café Filosófico CPFL:** Com nossa frente Café Filosófico CPFL, em 2025, realizamos 32 gravações em nosso estúdio e 1 gravação especial comemorativa em Jundiaí/SP. Ao todo, ao longo de 2025, foram 143 exibições do programa na TV Cultura e 18 milhões de pessoas impactadas digitalmente.

Programa de Integridade e Gestão do Canal de Ética: o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com a ética e a integridade, valores que orientam as decisões, as relações e os negócios. A integridade é um dos valores do Grupo CPFL, posicionada no centro do Nosso Jeito de Ser, refletindo a sua relevância estratégica na cultura.

O Programa está estruturado em 4 dimensões interdependentes, que sustentam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o apoio da alta administração, contando ainda com o apoio e a atuação próxima das áreas de negócio para sua efetiva implementação: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética e a Política Anticorrupção; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) avaliações de conflito de interesse, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e (iv) monitoramento de indicadores, avaliações supervisionadas pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade aos fóruns executivos. O Programa conta, ainda, com um canal de ética externo e independente, assegurando o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa-fé, bem como com um processo estruturado de apuração de registros éticos.

Dentre as ações executadas em 2025, destaca-se a recertificação da ISO 37001 do Sistema de Gestão

Antissuborno e Anticorrupção da Companhia que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Adicionalmente, o Grupo realizou a adesão voluntária ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial e ao Movimento Transparência 100%, iniciativas da Controladoria Geral da União (CGU), reforçando o alinhamento às melhores práticas de governança, mitigação de riscos e fortalecimento da cultura ética. No âmbito normativo, houve a revisão da cláusula anticorrupção padrão dos contratos da Companhia, com o objetivo de promover atualizações alinhadas às melhores práticas de mercado. O Programa também foi sustentado por um robusto plano de treinamentos ao longo de 2025, com marco relevantes como: Celebração do dia da integridade, pela primeira vez na cidade de Sorocaba/SP e com a presença do jornalista Caco Barcelos; treinamento de integridade para a alta administração ministrado pelo advogado e professor Dr. Carlos Ayres; treinamento para fornecedores no fórum Rede de Valor, em parceria com a Diretoria de Suprimentos e ações focadas em liderança e público operacional sobre a Cultura Ética e Canal de Ética, nas quais reforçamos temas importantes como: política anticorrupção, assédio moral e tratamento desrespeitoso, Assédio sexual e importunação sexual, conflito de interesses. Em 2025, o Grupo CPFL realizou a migração da plataforma do Canal de Ética para a Aliant, fortalecendo a gestão do processo de ética e assegurando independência e confiabilidade.

7) Programa CPFL +Diversa

O Programa CPFL +Diversa reforça nosso compromisso com a construção de um ambiente de trabalho cada vez mais diverso, inclusivo e equitativo. Nosso propósito é avançar continuamente na consolidação de práticas de gestão que promovam respeito, pertencimento e oportunidades para que todas as pessoas possam prosperar. Para mais informações, acesse a nossa Norma de Diversidade, Equidade e Inclusão no site de Relacionamento com Investidores: www.cpfl.com.br/ri > Governança Corporativa > Estatutos Sociais, Códigos e Políticas > Códigos, Políticas e Regimentos > Diversidade, Equidade e Inclusão.

Em conformidade com a Lei Federal nº 15.177/2025, informamos:

I - Quantidade e proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos.

Composição níveis por gênero				
	2025		2024	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Diretoria	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Gerência	66,67%	33,33%	66,67%	33,33%
Chefia/Coordenação	33,33%	66,67%	36,36%	63,64%
Técnica/Supervisão	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Administrativo	51,96%	48,04%	51,38%	48,62%
Operacional	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Estagiários	50,00%	50,00%	75,00%	25,00%

II – Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares.

Proporção da remuneração das mulheres em relação à dos homens				
	2025		2024	
	Salário-base	Remuneração total	Salário-base	Remuneração total
Diretoria	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Gerência	71,07%	71,52%	70,72%	62,00%
Chefia/Coordenação	103,77%	103,46%	101,45%	104,62%
Técnica/Supervisão	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Administrativo	108,25%	101,10%	103,89%	115,86%
Operacional	0,00%	0,00%	0,00%	95,00%
Estagiários	98,33%	129,31%	100,00%	95,00%

8) Auditores Independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) foi contratada pela CPFL Brasil para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias, os seguintes serviços:

Natureza

Asseguração de *covenants* financeiros

Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

Revisão da ECD Contábil do ano calendário

Serviços de Benchmarking para dados de Capital Humano

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e “extra-auditoria”. Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa..

9) Agradecimentos

A Administração da CPFL Brasil agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2025. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

A Administração.

Ricardo Fernando Ferreira
Gerente de Serviços Financeiros
CRC 1SP321353/O-

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço <https://ri.cpfl.com.br>



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
CPFL Comercialização Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CPFL Comercialização Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Av. Bailarina Selma Parada, 505, 11º andar, Conj. 1103,
Ed. Sky Galleria, Campinas, SP, Brasil, 13091-605
T: +55 (11) 4004-8000

financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.



CPFL Comercialização Brasil S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 4 de março de 2026

A handwritten signature in grey ink that reads 'PricewaterhouseCoopers' in a cursive, flowing script.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027613/F-1

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	188.433	94.858	209.500	296.364
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	261.494	401.102	272.336	535.437
Dividendo e juros sobre o capital próprio		60.159	129.642	60.159	15.179
Títulos e valores mobiliários	8	46.349	18.650	61.652	162.073
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9	67.707	43.866	67.709	74.144
Outros tributos a compensar	8	70.421	52.243	71.258	70.627
Derivativos		-	-	-	92.573
Estoques		-	-	-	74.024
Ativo contratual		-	-	-	774.368
Outros ativos	10	9.042	6.849	14.574	102.255
Total do circulante		703.605	747.210	757.188	2.197.044
Não circulante					
Aplicações financeiras		-	-	-	1
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	1.327	10.363	1.485	10.363
Depósitos judiciais	18	1.065	984	1.065	223.005
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9	135	126	135	126
Outros tributos a compensar	8	73.829	74.544	73.829	75.734
Derivativos	28	1.512	-	1.512	23.297
Créditos fiscais diferidos		-	-	47	19
Investimentos ao custo	11	2.099	2.099	2.099	4.988
Outros ativos	10	93	355	123	14.596
Investimentos	11	4.055.633	4.432.892	4.018.808	643.856
Imobilizado	12	5.673	5.783	5.673	180.757
Ativo contratual		-	-	-	6.533.462
Intangível	13	11.027	14.304	11.027	426.275
Total do não circulante		4.152.393	4.541.451	4.115.803	8.136.480
Total do ativo		4.855.998	5.288.661	4.872.990	10.333.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024.
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota				
	explicativa	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	14	276.314	384.650	279.095	531.515
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	517.241
Debêntures	15	381.909	-	381.909	29.767
Entidade de previdência privada		-	-	-	85.221
Taxas regulamentares		-	-	-	1.338
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	9.668	10.057
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	16	3.797	10.071	7.697	31.016
Mútuos com coligadas, controladas e controladora		608	-	608	-
Dividendo e juros sobre capital próprio		33.791	146.740	33.791	149.716
Obrigações estimadas com pessoal		3.011	3.103	3.225	24.560
Outras contas a pagar	17	9.928	12.196	10.323	197.695
Total do circulante		709.357	556.759	726.316	1.578.125
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	36.365
Debêntures		-	-	-	2.780.596
Entidade de previdência privada		-	-	-	303.209
Mútuos com coligadas, controladas e controladora		101.271	380.777	101.271	380.777
Imposto de renda e contribuição social a recolher	16	778	730	778	730
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher		-	-	-	4.181
Débitos fiscais diferidos		-	-	-	216.988
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	140	27	140	459.105
Derivativos		-	-	-	68.424
Outras contas a pagar	17	5.979	5.461	6.013	142.758
Total do não circulante		108.169	386.995	108.203	4.393.133
Patrimônio líquido					
Capital social		2.958.474	2.958.474	2.958.474	2.958.474
Reserva de capital		249.009	249.009	249.009	249.009
Reserva legal		78.842	71.728	78.842	71.728
Reserva de retenção de lucros para investimento		306.872	306.872	306.872	306.872
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		149.718	475.025	149.718	475.025
Dividendos		103.096	-	103.096	-
Resultado abrangente acumulado		192.460	283.799	192.460	283.799
		4.038.472	4.344.907	4.038.472	4.344.907
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	-	17.360
Total do patrimônio líquido		4.038.472	4.344.907	4.038.472	4.362.266
Total do passivo e do patrimônio líquido					
		4.855.998	5.288.661	4.872.990	10.333.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	21	2.701.418	3.030.992	4.791.732	5.221.859
Custo com serviços					
Custo com energia elétrica	22	(2.919.027)	(3.016.224)	(2.919.300)	(3.019.079)
Custo com operação		(14.858)	(18.081)	(208.958)	(265.955)
Depreciação e amortização		(190)	(120)	(11.713)	(14.505)
Outros custos com operação	23	(14.668)	(17.961)	(197.245)	(251.450)
Custo com serviço prestado a terceiros		-	-	(721.250)	(698.379)
Lucro operacional bruto		(232.467)	(3.313)	942.224	1.238.446
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(31.461)	(1.146)	(47.378)	(14.372)
Depreciação e amortização		(36)	(2)	(36)	(2)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(29.901)	791	(42.069)	(9.206)
Outras despesas com vendas	23	(1.524)	(1.935)	(5.273)	(5.164)
Despesas gerais e administrativas		(36.758)	(42.593)	(186.078)	(182.679)
Depreciação e amortização		(4.563)	(6.408)	(4.672)	(6.626)
Outras despesas gerais e administrativas	23	(32.195)	(36.185)	(181.406)	(176.053)
Outras despesas operacionais		(1.565)	(1.657)	(11.806)	(14.160)
Amortização de intangível da concessão		-	-	(20.667)	(24.291)
Outras despesas operacionais	23	(1.565)	(1.657)	8.861	10.131
Resultado do serviço		(302.251)	(48.709)	696.962	1.027.235
Resultado de participações societárias		476.363	691.718	66.973	107.040
Resultado financeiro	25				
Receitas financeiras		28.416	44.277	83.334	120.064
Despesas financeiras		(60.255)	(69.465)	(548.018)	(440.144)
		(31.839)	(25.188)	(464.684)	(320.079)
Lucro antes dos tributos		142.273	617.821	299.251	814.196
Contribuição social		6	8	(42.421)	(52.982)
Imposto de renda		-	22	(114.432)	(143.070)
		6	30	(156.853)	(196.052)
Lucro líquido do exercício		142.279	617.851	142.398	618.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	142.279	617.851	142.398	618.143
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais, líquidas dos efeitos tributários	(91.182)	325.761	(91.182)	325.761
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	(156)	(4.018)	(156)	(4.018)
Resultado abrangente do exercício	50.941	939.593	51.060	939.885
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores			50.941	939.593
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores			118	293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros						Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido	Participação de acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção para investimento	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar					
	<u>2.382.448</u>	<u>247.892</u>	<u>40.835</u>	<u>5.380</u>	<u>281.184</u>	<u>64.559</u>	<u>227.561</u>	<u>(58.180)</u>	<u>3.191.680</u>	<u>20.698</u>	<u>3.212.378</u>
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	341.979	617.851	959.830	293	960.123
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	617.851	617.851	293	618.144
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	(4.018)	-	(4.018)	-	(4.018)
Equivalência Patrimonial Mais Valia	-	-	-	-	-	-	345.997	-	345.997	-	345.997
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	30.893	-	193.841	236.934	-	(461.667)	-	-	-
Constituição de reserva estatutária de reforço de capital de giro	-	-	-	-	193.841	-	-	(193.841)	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	30.893	-	-	-	-	(30.893)	-	-	-
Constituição de reserva de lucro a realizar	-	-	-	-	-	236.934	-	(236.934)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	576.025	1.117	-	-	-	-	(227.561)	(156.184)	193.397	(3.631)	189.766
Cisão - Transmissoras de Energia	-	-	-	-	-	-	-	(13.076)	(13.076)	-	(13.076)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(146.740)	(146.740)	-	(146.740)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	3.632	3.632	-	3.632
Aprovação da proposta de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(227.561)	-	(227.561)	-	(227.561)
Aumento de capital de social	576.025	-	-	-	-	-	-	576.025	576.025	(2.514)	573.511
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	1.117	-	-	-	-	-	-	1.117	(1.117)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.958.474	249.009	71.728	5.380	475.025	301.493	-	283.799	4.344.906	17.361	4.362.266
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	(91.339)	142.279	50.940	118	50.940
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	142.279	142.279	118	142.279
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	(156)	-	(156)	-	(156)
Equivalência Patrimonial Mais Valia	-	-	-	-	-	-	(91.182)	-	(91.182)	-	(91.182)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	7.114	-	(325.307)	-	-	(7.114)	(325.307)	-	(325.307)
Dividendos a partir da Reserva estatutária de reforço de capital de giro	-	-	-	-	(325.307)	-	-	-	(325.307)	-	(325.307)
Constituição de reserva legal	-	-	7.114	-	-	-	-	(7.114)	-	-	-
Transações de Capital com acionistas	-	-	-	-	-	-	103.096	(135.165)	(32.069)	(17.361)	(49.430)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	1.722	1.722	-	1.722
Ganho (perda) em participação com alteração no controle	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.361)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(33.791)	(33.791)	-	(33.791)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	103.096	(103.096)	-	(983)	(983)
Reestruturação Societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.496)	(16.496)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.958.474	249.009	78.842	5.380	149.718	301.493	103.096	192.460	4.038.472	-	4.038.472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos tributos	142.274	617.821	298.828	814.196
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	4.788	6.529	37.088	45.424
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	111	27.838	(22.106)	39.094
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29.901	(791)	42.069	9.206
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	58.783	78.702	351.239	445.462
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	-	-	36.219	72.815
Equivalência patrimonial	(476.363)	(691.718)	(66.973)	(107.040)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	(463)	39	(9.096)	12.874
PIS e COFINS diferidos	-	-	1.596	(5.456)
Outros	-	-	(915.742)	(1.004.896)
	(240.969)	38.421	(246.879)	321.680
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	118.744	(165.389)	81.916	(169.482)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	833.911	476.924	708.144	44.935
Tributos a compensar	(41.313)	7.285	(47.097)	9.730
Depósitos judiciais	(9)	-	(29.446)	(2.887)
Ativo financeiro setorial	-	-	(1.485)	-
Outros ativos operacionais	(1.792)	(1.609)	691.071	693.990
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(108.335)	71.991	(117.580)	65.330
Outros tributos e contribuições sociais	(14.598)	(12.812)	(27.118)	(83.194)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	-	-	(103.721)	(90.058)
Taxas regulamentares	-	-	71	1.294
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	-	(27.887)	(432)	(39.013)
Outros passivos operacionais	(1.842)	(3.952)	130.738	(60.478)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	543.797	382.972	1.038.181	691.847
Encargos de dívidas e debêntures pagos	-	(9.021)	(261.184)	(257.126)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(7.094)	(57.272)	(74.357)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	543.797	366.857	719.725	360.364
Atividades de investimentos				
Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária	-	-	(65.089)	35.520
Aquisições de imobilizado	(795)	(2.396)	(36.280)	(35.954)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(29.861)	261.715	(257.187)	(54.783)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	2.161	2.240	271.403	301.038
Adições de ativo contratual em curso	-	-	(676.314)	(713.946)
Adições de Intangível	(705)	(902)	(705)	(4.768)
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	-	(3.129)	-	(3.129)
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	-	57.471	-	57.471
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(29.200)	314.999	(764.171)	(418.551)
Atividades de financiamentos				
Aumento de capital por acionistas não controladores	-	-	-	(2.190)
Captação de empréstimos e debêntures	379.272	-	1.746.281	895.000
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	-	(401.349)	(1.001.443)	(662.782)
Liquidação de operações com derivativos	-	(14.631)	13.935	(63.565)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(472.046)	(352.532)	(473.363)	(389.850)
Captações de mútuos com controladas e coligadas	100.000	-	100.000	-
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(428.249)	(159.615)	(428.249)	(159.615)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(421.023)	(928.127)	(42.839)	(383.002)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	93.574	(246.271)	(87.285)	(441.190)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	94.858	341.129	296.364	737.554
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	188.433	94.858	209.078	296.364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
1 - Receita	3.071.945	3.498.050	5.492.608	5.860.363
1.1 Receita de venda de energia e serviços	3.100.410	3.494.013	3.194.503	4.796.183
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	1.436	3.246	1.346.626	6.228
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	963.293	1.038.626
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29.901)	791	(44.918)	(9.231)
1.5 Outras receitas	-	-	33.104	28.558
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(3.231.933)	(3.345.113)	(4.314.780)	(4.233.888)
2.1 Custo com energia elétrica	(3.211.071)	(3.320.832)	(3.226.095)	(3.329.677)
2.2 Material	(1.071)	(1.922)	(15.597)	(17.902)
2.3 Serviços de terceiros	(15.850)	(16.962)	(120.494)	(113.304)
2.5 Custo com Construção	-	-	(797.766)	(711.821)
2.6 Outros	(3.941)	(5.396)	(154.406)	(61.185)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	(159.988)	152.937	1.178.250	1.626.475
4 - Retenções	(4.788)	(6.529)	(12.917)	(11.667)
4.1 Depreciação e amortização	(4.788)	(6.529)	(12.917)	(11.667)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	(164.776)	146.408	1.165.333	1.614.808
6 - Valor adicionado recebido em transferência	506.165	739.729	157.165	222.369
6.1 Receitas financeiras	29.802	48.011	33.751	125.249
6.2 Equivalência patrimonial	476.363	691.718	68.710	97.120
6.3 Participação de acionistas não controladores	-	-	54.704	-
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	341.389	886.137	1.322.499	1.837.176
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	25.599	31.743	178.528	221.735
8.1.1 Remuneração direta	16.322	18.647	89.019	89.559
8.1.2 Benefícios	7.649	10.891	79.597	121.641
8.1.3 F.G.T.S	1.628	2.206	9.913	10.535
8.2 Impostos, taxas e contribuições	112.654	166.705	468.649	622.661
8.2.1 Federais	(13.500)	7.994	300.724	444.779
8.2.2 Estaduais	126.151	158.708	163.755	175.665
8.2.3 Municipais	3	3	4.170	2.217
8.3 Remuneração de capital de terceiros	60.857	69.838	596.088	441.039
8.3.1 Despesas Financeiras	60.220	69.366	595.170	440.002
8.3.2 Aluguéis e Arrendamentos	637	472	918	1.037
8.4 Remuneração de capital próprio	142.279	617.851	79.234	551.741
8.4.1 Dividendos mínimo obrigatório	-	146.740	-	146.740
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	33.791	-	54.142	305.892
8.4.3 Dividendo Prescrito	103.096	(3.632)	416.749	(3.632)
8.4.4 Constituição de reserva legal	(1.722)	30.893	(1.722)	31.775
8.4.5 Constituição de reserva de capital de giro	7.114	193.841	8.662	193.841
8.4.6 Constituição reserva de lucro a realizar	-	236.934	-	236.934
8.4.7 Juros de capital próprio	-	-	-	17.097
8.4.8 Incorporação e reestruturação societária	-	13.076	-	14.188
8.4.9 Lucros retidos	-	-	(398.598)	(391.092)
	341.389	886.137	1.322.499	1.837.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Comercialização Brasil S.A. (“CPFL Brasil” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia, assessoramento estratégico, institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional, bem como a participação no capital social de outras sociedades. A CPFL Brasil está autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

A Sede administrativa da Companhia está localizada à Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1632 – parte - Jardim Professora Tarcília – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A CPFL Brasil é uma Companhia controlada direta da CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia” ou “Controladora”).

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas:

Comercialização de Energia	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda. (“CPFL Brasil Varejista”)	Sociedade limitada	Comercialização de energia	Direta 100%
Transmissão de energia	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T (“CPFL Transmissão”)	Sociedade por ações de capital aberto	Exploração de concessão de transmissão de energia.	Indireta 70%
Outras	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
Sul Geradora Participações S.A. (“Sul Geradora”)	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade constituída com objetivo de participar no capital de outras companhias	Direta 99,95%

1.1 - Reestruturações Societárias

Foi aprovado em 05 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária da CPFL Transmissão, o aporte de capital realizado pela CPFL Energia na CPFL Transmissão, bem como a conversão de parte das ações ordinárias, detidas pela CPFL Brasil, em ações preferenciais. Após a implementação da reestruturação, a CPFL Energia passou a deter o controle direto e 51% das ações ordinárias da CPFL Transmissão, correspondentes a 30% do capital social total. A CPFL Brasil permaneceu no quadro acionário, detendo 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais, que, em conjunto, representam 70% do capital social total da CPFL Transmissão.

Como resultado, a CPFL Transmissão deixou de ser controlada da CPFL Brasil e passou a ser uma controlada direta da CPFL Energia.

1.2 Mudanças Climáticas

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL Brasil declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Anualmente, o Grupo realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia *GHG Protocol*. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pelo grupo
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica.
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (*Environmental, Social and Governance*), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. Na versão vigente em 2025, a estrutura do Plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser carbono neutro a partir de 2025¹, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono. Para endereçar esforços de resiliência às mudanças climáticas foi divulgado em janeiro de 2025 com aplicabilidade a partir do mesmo ano, o plano que considera o compromisso de: Estabelecer planos de adaptação climática para o negócio, fortalecendo a resiliência de nossos ativos até 2030.

Na publicação “Nossa jornada frente as mudanças climáticas” a CPFL Brasil divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para o Grupo, de acordo com a metodologia *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima). Adicionalmente, a cada ano também publicamos na plataforma global do *Carbon Disclosure Project* (CDP) nos questionários de mudanças climáticas e segurança hídrica, dando maior transparência para nossos públicos de interesse.

¹ Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025.

Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas da Companhia

O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, a Companhia implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação “Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas”, e na plataforma global do *Carbon Disclosure Project* (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente.

Em 2025, avançamos de forma significativa na agenda climática com o desenvolvimento do nosso Plano Integrado de Adaptação Climática, que contempla as operações da companhia. Iniciamos no mapeamento dos riscos climáticos físicos que tem potencial de impacto nas atividades de transmissão. Na sequência, ampliaremos o estudo para incluir as operações de geração e distribuição. Esse processo também nos posiciona para atender às novas exigências regulatórias aplicáveis às companhias abertas no Brasil, conforme previsto na Resolução CVM nº 193.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A Companhia e suas controladas também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 25 de fevereiro de 2026 e aprovadas pelo conselho de Administração em 04 de março de 2026.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 26 de instrumentos financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração do Grupo faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento).
- Nota 9 - Créditos e débitos fiscais diferidos, (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados)
- Nota 15 - Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo)
- Nota 18 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos)
- Nota 26 - Instrumentos financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

- Nota 10 - Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada)
- Nota 12 - Imobilizado (aplicação das vidas úteis estimadas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis)
- Nota 13 - Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis)

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia e suas controladas.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Os executivos da Companhia utilizam-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em atividades de: (i) comercialização de energia (“Comercialização”); (ii) transmissão de energia elétrica (“Transmissão”).

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimento controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não, não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 30). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia, a Companhia mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela Companhia relacionados a compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio da Companhia não é alterada por esta razão.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

A Companhia realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas

periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 30.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Estoque

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16 / IAS 2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio.

3.4 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados na atividade de transmissão de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.5 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, *software* e servidão de passagem.

O ágio ("*goodwill*") resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter três origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

- (i) Adquiridos através de combinações de negócios: a parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão amortizada linearmente.
- (ii) Uso do bem público: algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

3.6 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

– Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes

para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9/ CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio ("*goodwill*"), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.8 Benefícios a empregados

Algumas controladas possuem benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- (i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- (ii) Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.9 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir a parcela realizada do lucro estabelecida no Estatuto Social como dividendo obrigatório, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei 6404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supramencionado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado no passivo, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Em 21 de maio de 2019, atualizada em 16 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciam nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.10 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de comercialização de energia é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é atendida, isso ocorre a entrega da energia dos contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia e determinadas controladas e coligada registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A coligada registra, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.12 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.13 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método da aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é geralmente mensurada pelo valor justo, que é calculada pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio ("*goodwill*"). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.14 Base de consolidação

(i) Combinação de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

(ii) Controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento

em que o controle compartilhado se inicia. Para as coligadas o registro é no momento da aquisição da participação.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras da controlada CPFL Transmissão são consolidadas integralmente com a de sua respectiva controlada.

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 11.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.15 Mudanças nas principais políticas contábeis

No exercício corrente, o Grupo aplicou alterações às normas contábeis internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que se tornaram obrigatórias para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas alterações não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nas demonstrações financeiras do Grupo.

Entre as principais mudanças, destacam-se as alterações à IAS 21, que especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for, e a adoção da orientação técnica OCPC 10, que estabelece diretrizes para o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

3.20 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas, emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. O Grupo não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades serão obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício entre cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas funções identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), incluindo a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional”, e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

O Grupo está atualmente avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

(b) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

Para ser elegível, no final do período, uma entidade deve: (i) ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), (ii) não possuir títulos públicos e (iii) ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas publicadas em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Com base em uma análise preliminar, a Companhia entende não estar abrangida no escopo desse pronunciamento.

(c) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Entre as principais alterações estão: (i) esclarecimento sobre a baixa de passivos financeiros na “data de liquidação” e introdução de uma opção de política contábil para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de sistemas eletrônicos de pagamento antes da data de liquidação; (ii) orientação adicional sobre avaliação de fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ESG; (iii) esclarecimentos sobre características sem direito de regresso e instrumentos contratualmente vinculados; e (iv) novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

(d) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração depende de condições naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 relacionadas a contratos que fazem referência à eletricidade dependente de condições naturais. As alterações ajustam os requisitos de “uso próprio”, permitem a utilização desses contratos como instrumentos de hedge em determinadas circunstâncias e introduzem novos requisitos de divulgação.

As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

(e) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu alterações pontuais em normas como IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7, com o objetivo de melhorar a consistência e clareza das normas. As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, um passivo liquidado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de mensuração fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

– Imobilizado, intangível

O valor justo dos itens do ativo imobilizado, intangível e ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

– Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos bancários	74	111	98	1.365
Aplicações financeiras	188.359	94.748	209.402	294.999
Títulos de crédito privado (b)	145.512	93.298	152.409	290.143
Fundos de investimento (c)	42.847	1.450	56.993	4.856
Total	188.433	94.858	209.500	296.364

- a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários) “CDB’s” e (ii) Operações Compromissadas em debêntures realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional. Todos com liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente na média de 98,90% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) para CDB e 100,29% para Operações Compromissadas (84,59% do CDI para CDB e 91,36% do CDI para Operações Compromissadas em 31 de dezembro de 2024).
- b) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente na média de 100,25% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB’s e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	2025	2024
Aplicação direta (a)	61.652	162.073
Total	61.652	162.073

(a) representa valores aplicados em títulos de dívida pública e privada, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, acumulada para 2025 é de 99,21% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é como segue:

	Controladora					Consolidado				
	Saldos vincendos	Vencidos		Total		Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2025	31/12/2024		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2025	31/12/2024
Circulante										
Classes de consumidores										
Industrial	31.346	8.490	298	40.134	39.061	41.578	8.506	26	50.409	45.730
Comercial	22.828	118	-	22.946	32.522	30.895	122	33	31.049	38.252
Rural	260	-	-	260	285	631	-	-	631	501
Serviço público	4.042	-	-	4.042	3.947	7.289	-	-	7.289	4.756
Faturado	58.476	8.608	298	67.382	75.815	80.393	8.628	59	89.378	89.239
Não faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Operações realizadas na CCEE	17.403	1.327	-	18.730	5.671	18.222	1.332	-	19.554	5.593
Concessionárias e permissionárias	202.112	1.406	2.066	205.584	321.303	190.206	1.406	2.066	193.678	458.678
Outros	-	-	-	-	(157)	-	-	-	-	(342)
	277.991	11.341	2.364	291.696	402.632	288.821	11.366	2.125	302.610	553.171
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(30.202)	(1.530)				(30.275)	(17.733)
Total				261.494	401.102				272.335	535.437
Não circulante										
Operações realizadas na CCEE	1.327	-	-	1.327	10.363	1.485	-	-	1.485	10.363
	1.327	-	-	1.327	10.363	1.485	-	-	1.485	10.363
Total				1.327	10.363				1.485	10.363

Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, e (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

Concessionárias e permissionárias - Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota explicativa 30 (e).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Controladora		
	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Total	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2023	(17.658)	(17.658)	(23.082)	(9.035)	(32.117)
Reestruturação Societária	-	-	(103)	-	(103)
Provisão revertida (constituída) líquida	16.128	16.128	5.453	683	6.136
Recuperação de receita	(15.338)	(15.338)	(15.338)	-	(15.338)
Baixa de contas a receber provisionadas	15.338	15.338	15.338	-	15.338
Saldo em 31/12/2024	(1.530)	(1.530)	(17.733)	(8.352)	(26.085)
Reestruturação Societária	-	-	17.733	8.352	26.085
Provisão revertida (constituída) líquida	(28.672)	(28.672)	(30.275)	-	(30.275)
Recuperação de receita	(1.229)	(1.229)	-	-	-
Baixa de contas a receber provisionadas	1.229	1.229	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	(30.202)	(30.202)	(30.275)	-	(30.275)

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	1.913	-	5.758
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	5.181	-	14.208
Imposto de renda e contribuição social a compensar	67.707	36.772	67.709	54.178
Imposto de renda e contribuição social a compensar	67.707	43.866	67.709	74.144
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	-	2.435	-	4.999
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	14.907	16.705	15.744	29.042
ICMS a compensar	-	-	-	8
Programa de integração social - PIS	10.305	6.269	10.305	6.760
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	45.209	26.834	45.209	29.465
Instituto nacional de seguridade social - INSS	-	-	-	258
Outros	-	-	-	95
Outros tributos a compensar	70.421	52.243	71.258	70.627
Total circulante	138.128	96.109	138.967	144.770
Não circulante				
Contribuição social a compensar - CSLL	35	33	35	33
Imposto de renda a compensar - IRPJ	100	93	100	93
Imposto de renda e contribuição social a compensar	135	126	135	126
ICMS a compensar	43	43	43	1.233
Programa de integração social - PIS	13.161	13.289	13.161	13.289
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	60.621	61.212	60.621	61.212
Outros	4	-	4	-
Outros tributos a compensar	73.829	74.544	73.829	75.734
Total não circulante	73.964	74.669	73.964	75.860

Imposto de renda retido na fonte – IRRF – refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

Imposto de renda e Contribuição social a compensar no circulante - refere-se basicamente a saldo negativo de IRPJ e CSLL do período de 2022 e 2024.

(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 Composição dos créditos e débitos fiscais:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Crédito (Débito) de contribuição social		
Bases negativas	-	163
Benefício fiscal do intangível incorporado	-	141.225
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	12	(191.336)
Subtotal	12	(49.948)
Crédito (Débito) de imposto de renda		
Prejuízos fiscais	-	453
Benefício fiscal do intangível incorporado	-	392.292
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	35	(516.619)
Subtotal	35	(123.874)
Crédito (Débito) de PIS e COFINS		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	-	(43.147)
Total	47	(216.969)
Total crédito fiscal	47	19
Total débito fiscal	-	(216.988)

9.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	-	35.450	98.471
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.176	3.268
Provisão relacionada a pessoal	12	35	833	2.313
Derivativos	-	-	(14.926)	(41.467)
Atualização Ativo Contratual	-	-	(221.296)	(599.838)
Outros	-	-	7.428	20.634
Total	12	35	(191.336)	(516.619)

9.3 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2025 e 2024:

	Controladora				Consolidado			
	CSLL		CSLL		CSLL		CSLL	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Lucro antes dos tributos	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
	142.273	142.273	617.821	617.821	299.249	299.249	814.196	814.196
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:								
Equivalência patrimonial	(476.363)	(476.363)	(691.718)	(691.718)	(66.973)	(66.973)	(107.040)	(107.040)
Efeito regime lucro presumido	-	-	-	-	(111.973)	(116.377)	(132.683)	(138.032)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	2.591	2.591	19.193	20.902	(10.112)	(10.954)	(59.072)	(62.192)
Base de cálculo	(331.499)	(331.499)	(54.704)	(52.995)	110.191	104.945	515.401	506.932
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	29.835	82.875	4.923	13.249	(9.917)	(26.236)	(46.386)	(126.733)
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	(29.841)	(82.875)	(4.915)	(13.227)	(32.505)	(88.195)	(6.596)	(16.338)
Total	(6)	(0)	8	22	(42.421)	(114.432)	(52.982)	(143.070)
Corrente	6	-	8	22	(30.334)	(81.405)	(20.154)	(53.436)
Diferido	-	-	-	-	(12.087)	(33.027)	(32.828)	(89.635)

(10) OUTROS ATIVOS

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos - Fundação CESP	783	643	-	-	819	670	-	-
Adiantamentos - fornecedores	2.993	2.890	-	-	2.993	7.582	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	-	-	1	-	30	556
Ordens em curso	97	0	-	-	97	71.788	-	-
Serviços prestados a terceiros	1	24	-	-	1	6.567	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	-	-	-	176	-	-
Despesas antecipadas	937	2.097	25	42	6.250	9.911	25	264
Adiantamentos a funcionários	301	293	-	-	317	(26)	-	-
Outros	3.931	902	68	312	4.096	13.940	68	13.776
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (7)	-	-	-	-	-	(8.352)	-	-
Total	9.042	6.849	93	355	14.574	102.255	123	14.596

(11) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada e controlada em conjunto	3.192.641	3.450.403	3.155.816	641.973
Mais valia de ativos, líquidos	862.931	982.428	862.931	1.822
Ágio de rentabilidade futura	61	61	61	61
Total	4.055.633	4.432.892	4.018.808	643.856
Investimentos ao custo	2.099	2.099	2.099	2.099

11.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimentos	Quantidade de ações	Participação no capital %	2025			2025		2024	2025		2024
			Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimônio líquido			Resultado de equivalência patrimonial		
Sul Geradora	1.444.068	99,953	1.445	212	9	213	193		20		13
CPFL Varejista (*)	13.565.217	100,000	13.565	36.613	17.644	36.613	26.661		30.967		17.644
RGE SUL	1.125.427	10,989	2.874.962	6.761.829	101.634	742.579	598.467		146.800		104.342
CPFL Transmissão	15.241.703	70,000	1.577.763	2.472.973	572.432	2.472.973	2.825.082		301.453		572.432
Subtotal Investimento - pelo patrimônio líquido da controlada						3.252.378	3.450.403		479.240		694.431
Amortização de mais valia de ativos						-	-		(2.876)		(2.712)
Total						3.252.378	3.450.403		476.363		691.718

(*) Quantidade refere-se a quota.

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da Controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 2.876 (R\$ 2.712 em 2024) é classificada na rubrica "resultado de participações societárias", em consonância com o ICPC 09 (R2).

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios de 2025 e 2024 é como segue:

Investimento	Saldo em 31/12/2024	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Saldo em 31/12/2025
Transmissão CEEE-T	2.825.082	350.459	(88.232)	(681.531)	2.405.778
CPFL Brasil Varejista	26.662	30.967	-	(21.015)	36.613
Sul Geradora Participações	192	20	-	-	212
RGE SUL	598.468	147.219	(3.107)	-	742.580
	3.450.403	595.860	(91.339)	(702.547)	3.185.184

Investimento	Saldo em 31/12/2023	Aumento / Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2024
Transmissão CEEE-T	-	1.117	488.854	338.014	(544.730)	2.541.827	2.825.082
CPFL Cone Sul	2.875.907	-	6.403	-	-	(2.882.310)	-
CPFL Brasil Varejista	14.864	-	17.644	-	(5.846)	-	26.662
Sul Geradora Participações	184	-	8	-	-	-	192
RGE SUL	515.605	-	104.340	3.967	(25.444)	-	598.468
	3.406.559	1.117	617.249	341.981	(576.020)	(340.483)	3.450.403

11.2 Mais valia de ativos e ágio

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. O ágio refere-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura.

Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 13).

(12) IMOBILIZADO

No consolidado, os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, nas linhas de “Depreciação e amortização”.

	Consolidado						Total
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	
Saldo em 31/12/2023	6.118	15.380	136.317	45.360	34.751	1.807	239.735
Custo histórico	6.756	27.259	219.166	59.447	40.986	1.807	355.422
Depreciação acumulada	(638)	(11.879)	(82.849)	(14.087)	(6.235)	-	(115.687)
Adições	-	-	-	-	-	84.958	84.958
Baixas	-	-	(61)	(223)	(30)	(110.424)	(110.737)
Transferências	-	(5.274)	(60.097)	(2.294)	(34.659)	102.325	(0)
Depreciação	(195)	(551)	(11.240)	(2.214)	443	-	(13.755)
Baixa da depreciação	-	-	50	146	30	-	226
Reestruturação societária	(1.825)	(2.736)	(14.854)	(206)	(48)	-	(19.670)
Saldo em 31/12/2024	4.098	6.819	50.116	40.569	487	78.667	180.757
Custo histórico	4.931	19.249	142.020	56.612	6.797	78.667	308.276
Depreciação acumulada	(833)	(12.430)	(91.905)	(16.043)	(6.310)	-	(127.520)
Adições	-	-	-	-	-	40.919	40.919
Baixas	-	-	(64)	(4.556)	-	(2.984)	(7.604)
Transferências	-	2.812	1.961	1.468	3.732	(9.973)	-
Depreciação	-	(848)	(2.227)	(6.245)	(64)	-	(9.384)
Baixa da depreciação	-	-	42	4.209	-	-	4.250
Reestruturação societária	(4.931)	(21.575)	(139.055)	(51.553)	(5.010)	(103.720)	(325.844)
Reestruturação societária - depreciação	833	13.101	90.290	17.163	1.194	-	122.580
Saldo em 31/12/2025	-	308	1.062	1.055	340	2.908	5.673
Custo histórico	-	486	4.862	1.971	5.519	2.908	15.746
Depreciação acumulada	-	(177)	(3.801)	(917)	(5.179)	-	(10.074)
Taxa média de depreciação 2025		2,79%	4,64%	13,27%	1,91%		
Taxa média de depreciação 2024		2,79%	4,86%	9,12%	1,90%		

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2025 e 2024, não houve necessidade de provisão ao valor recuperável.

(13) INTANGÍVEL

	Consolidado		
	Adquirido em combinações de negócio		
Saldo em 31/12/2023	643.985	23.484	667.469
Custo histórico	720.246	87.214	807.460
Amortização acumulada	(76.261)	(62.986)	(139.247)
Adições	-	4.352	4.352
Amortização	(24.291)	(4.966)	(29.256)
Baixa e transferência - outros ativos	(217.034)	-	(217.034)
Saldo em 31/12/2024	402.660	23.615	426.275
Custo histórico	695.955	86.601	782.556
Amortização acumulada	(100.552)	(67.952)	(168.503)
Adições	-	5.946	5.946
Amortização	(20.667)	(3.992)	(24.659)
Baixa e transferência - outros ativos	33.152	-	33.152
Reestruturação Societária - custo	(729.107)	(30.120)	(759.227)
Reestruturação Societária - amortização	121.219	20.544	141.763
Saldo em 31/12/2025	-	11.027	11.027
Custo histórico	-	62.427	62.427
Amortização acumulada	-	(51.400)	(51.400)

13.1 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para os exercícios de 2025 e 2024, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão ao valor recuperável.

(14) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Encargos de serviço do sistema	-	-	116	434
Suprimento de energia elétrica	268.397	382.076	269.327	381.649
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	1.446	714
Materiais e serviços	7.917	2.574	8.206	148.718
Total	276.314	384.650	279.095	531.515

(15) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Controladora					Saldo em 31/12/2025
	Saldo em 31/12/2024	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	
Pós fixado						
CDI	-	380.000	-	2.576	-	382.576
Total ao custo	-	380.000	-	2.576	-	382.576
Gastos com captação (*)	-	(728)	-	61	-	(667)
Total	-	379.272	-	2.637	-	381.909
Circulante	-					381.909
Não circulante	-					-

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
		31/12/2025	31/12/2024		
Mensuradas ao Custo - Pós Fixado					
6ª Emissão - CPFC16	CDI+0,30%	380.000	-	2026	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação		(728)	-		
		379.272	-		

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Adições no exercício

Modalidade	Emissão	Quantidade emitida	Liberado em 2025	Liberado líquido dos gastos de emissão	Pagamento de juros	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual
Empresa								
CDI								
6ª Emissão - CPFC16	12/12/2025	380.000	380.000		Final	(a)	CDI+0,30%	CDI+0,30%
			380.000					

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço e capital de giro da controlada

Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia. As apurações são feitas semestralmente.

Apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras

(16) IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	-	7.823	7.593
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	1.845	2.465
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	9.668	10.057
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	3.214	8.836	6.620	14.442
Programa de integração social - PIS	-	-	75	1.627
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	349	7.531
Outros	582	1.235	652	7.415
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	3.797	10.071	7.697	31.016
Total Circulante	3.797	10.071	17.365	41.073
Não circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	778	730	778	730
Imposto de renda e contribuição social a recolher	778	730	778	730
Outros	-	-	-	4.181
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	-	-	-	4.181
Total Não circulante	778	730	778	4.910

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 18 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(17) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Consumidores e concessionárias	683	1.408	-	-	740	1.768	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	-	35.132	-	7.350
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	-	-	-	-	-	939	-	-
Adiantamentos	4.374	3.874	472	115	4.671	4.065	506	115
Descontos tarifários - CDE	-	-	-	-	-	7.362	-	-
Folha de pagamento	574	596	-	-	627	7.498	-	-
Participação nos lucros	4.047	5.670	1.768	1.720	4.048	5.672	1.768	4.443
Outros	250	648	3.739	3.626	237	135.259	3.739	130.850
Total	9.928	12.196	5.979	5.461	10.323	197.695	6.013	142.758

(18) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	11	-	350.456	180.057
Cíveis	129	127	46.784	940
Fiscais	-	938	35.244	2.139
Outros	-	-	26.620	39.869
Total	140	1.065	459.105	223.005

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outras está demonstrada a seguir:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas	350.456	84.317	(71.463)	(10.726)	(36.266)	316.318
Cíveis	46.784	14.746	(2.978)	(474)	(1.642)	56.436
Fiscais	35.244	500	(3.016)	(121)	2.693	35.300
Outros	26.620	-	-	-	-	26.620
Total	459.104	99.563	(77.457)	(11.321)	(35.215)	434.674
Depósitos Judiciais	223.005	77.470	(39.734)	(29)	(10.187)	250.525

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- Cíveis - Danos pessoais** - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e Pis e COFINS.
- Outros**: A rubrica de outros são principalmente ações relacionadas à natureza regulatória.

Cíveis

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estavam assim representadas:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	308	288
Cíveis	7.887	10.318
Fiscais	36	157
Fiscais - outros	18.818	17.484
Total	27.049	28.247

Trabalhistas:

As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, complementação de proventos de aposentadoria, verbas rescisórias e outras reivindicações).

Cíveis:

As controladas estão sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível, para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, a partir de análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, desapropriação e revisão de contratos.

Fiscais:

As ações referem-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais, presciente, a processos em andamento cuja matéria é a discussão com alguns municípios sobre a incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para imóveis que se encontram a serviço da concessão.

(19) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, dividido em 97.018.623 ações ordinárias, sem valor nominal.

19.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2025, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,30 vezes o EBITDA em 2025 (2,07 vezes em 2024), maior do que no ano anterior, no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,75, visto que seus empréstimos utilizam esta medição.

19.2 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.965.042 (R\$ 2.965.042 em 31 de dezembro de 2024), representado por 97.018.623 (97.018.623 em 31 de dezembro de 2025) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, devido a reestruturação societária. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

19.3 Reserva de capital

O saldo de R\$ 249.009 compreende (i) R\$ 249.037 referente a aquisição de participação na CPFL Transmissão e (ii) -R\$ 29 relacionado à alteração na participação com alteração no controle.

De acordo com o ICPC 09 (R3) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido.

19.4 Reserva de lucros

O saldo de R\$ 535.43 compreende o saldo das reservas: i) reserva de reforço de capital de giro R\$ 149.718; ii) reserva de lucros a realizar de R\$ 301.492; iii) reserva legal de R\$ 78.842 e (iv) reserva de retenção de lucros para investimento de R\$ 5.380.

19.5 Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (i) Efeitos da mais valia atribuído a perdas atuariais, no montante devedor de R\$ 562.914;
- (ii) Efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários, de acordo com o IFRS 9 / CPC 48, no montante credor de R\$ 370.413.

19.6 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	R\$
Lucro líquido do exercício	142.279
Dividendos adicional proposto	103.096
Dividendos mínimo obrigatório	33.791
Reserva legal	7.114
Dividendos Prescritos	(1.722)

19.7 Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias e em circulação durante os exercícios apresentados.

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	142.279	617.851
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	97.018.623	97.018.623
Lucro por ação - básico	1,47	6,37

(20) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de operações com energia elétrica				
Industrial	532.652	601.341	651.767	662.412
Comercial	256.154	363.236	349.399	405.600
Rural	3.227	4.577	7.634	6.400
Poderes públicos	-	238	-	238
Serviço público	59.438	53.724	71.859	61.635
Fornecimento de energia elétrica	851.471	1.023.115	1.080.659	1.136.284
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	1.957.745	2.188.972	2.037.698	7.015.113
Energia elétrica de curto prazo	64.518	183.633	75.300	184.532
Suprimento de energia elétrica	2.022.263	2.372.605	2.112.998	7.199.645
Receita de construção da infraestrutura de concessão	-	-	1.006.608	1.031.306
Outras receitas e rendas	705	3.097	1.222.544	1.355.573
Outras receitas operacionais	705	3.097	2.229.152	2.386.879
Total da receita operacional bruta	3.100.410	3.494.013	5.422.810	5.935.470
Deduções da receita operacional				
ICMS	(126.060)	(158.658)	(163.021)	(174.970)
PIS	(48.685)	(54.292)	(69.117)	(75.396)
COFINS	(224.247)	(250.072)	(318.372)	(347.323)
ISS	-	-	(528)	(727)
Reserva global de reversão - RGR	-	-	(1.625)	(850)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(50.982)	(77.328)
Programa de P & D e eficiência energética	-	-	(10.647)	(11.577)
PROINFA	-	-	(12.631)	(20.875)
Outros	-	-	(4.157)	(4.566)
	(398.992)	(463.021)	(631.080)	(713.612)
Receita operacional líquida	2.701.418	3.030.992	4.791.732	5.221.859

(21) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R\$ mil		GWh		R\$ mil	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Energia comprada para revenda								
Energia de curto prazo	124	319	20.458	23.287	128	336	21.674	26.265
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	18.144	22.660	3.190.612	3.297.544	19.065	23.136	3.177.613	3.292.950
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(292.044)	(304.607)	-	-	(290.972)	(304.510)
Subtotal	18.268	22.979	2.919.026	3.016.224	19.193	23.472	2.908.438	3.014.705
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição								
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			-	1			(925)	1.360
Encargos de energia de reserva - EER			-	2			12.895	3.460
Crédito de PIS e COFINS			-	-			(1.107)	(446)
Subtotal			-	3			10.863	4.375
Total			2.919.027	3.016.224			2.919.300	3.019.079

(*) Conta de energia de reserva

(22) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas Operacionais									
	Custo com operação		Gerais e							
			Vendas		administrativas		Outros		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(13.154)	(16.085)	(250)	(1.325)	(15.882)	(18.060)	-	-	(29.286)	(35.470)
Material	(213)	(204)	(69)	(105)	(96)	(172)	-	-	(378)	(481)
Serviços de terceiros	(1.197)	(1.614)	(1.188)	(215)	(13.279)	(14.063)	-	-	(15.663)	(15.893)
Outros	(104)	(58)	(17)	(289)	(2.938)	(3.890)	(1.987)	(1.657)	(5.047)	(5.892)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	(281)	(589)	(164)	-	-	(589)	(444)
Publicidade e propaganda	-	-	(1)	-	(2.729)	(3.259)	-	-	(2.731)	(3.259)
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	802	(169)	-	-	(406)	(169)
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	463	(39)	463	(39)
Outros	(105)	(58)	(16)	(8)	(421)	(298)	(2.028)	(1.618)	(1.362)	(1.981)
Total	(14.668)	(17.961)	(1.524)	(1.935)	(32.195)	(36.185)	(1.987)	(1.657)	(50.374)	(57.736)

	Controladora											
	Despesas Operacionais											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(123.551)	(141.228)	-	-	(712)	(1.672)	(29.867)	(32.477)	-	-	(154.130)	(175.376)
Entidade de previdência privada	(36.219)	(72.815)	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.219)	(72.815)
Material	(3.748)	(8.432)	-	-	(69)	(105)	(2.612)	(2.412)	-	-	(6.429)	(10.949)
Serviços de terceiros	(33.639)	(30.301)	-	-	(4.166)	(2.874)	(75.128)	(86.479)	-	-	(112.933)	(119.654)
Custos com construção da infraestrutura	-	-	(721.250)	(698.379)	-	-	-	-	-	-	(721.250)	(698.379)
Outros	(88)	1.326	-	-	(326)	(513)	(73.799)	(54.685)	8.861	10.131	(65.352)	(43.741)
Arrendamentos e aluguéis	-	1.032	-	-	-	(338)	(1.639)	(1.701)	-	-	(1.639)	(1.006)
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	(301)	(141)	(2.730)	(3.261)	-	-	(3.031)	(3.402)
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	(62.318)	(53.060)	-	-	(62.318)	(53.060)
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	9.518	(12.874)	9.518	(12.874)
Outros	(88)	293	-	-	(25)	(34)	(7.112)	3.337	(657)	23.005	(7.882)	26.601
Total	(197.245)	(251.450)	(721.250)	(698.379)	(5.273)	(5.164)	(181.406)	(176.053)	8.861	10.131	1.096.313	1.120.914

(23) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	14.400	32.745	57.320	98.164
Acréscimos e multas moratórias	168	667	1.826	3.022
Atualização de créditos fiscais	11.371	10.039	11.382	10.149
Atualização de depósitos judiciais	72	60	11.245	11.573
Atualizações monetárias e cambiais	-	-	28	107
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	3.057	2.383	3.166	2.383
Juros sobre contratos de mútuo	-	848	-	848
PIS e COFINS - Sobre outras receitas financeiras	(1.386)	(2.233)	(3.226)	(4.768)
PIS e COFINS sobre JCP	-	(1.501)	-	(3.083)
Outros	734	1.270	1.594	1.670
Total	28.416	44.277	83.334	120.064
Despesas				
Encargos de dívidas	(2.637)	(8.584)	(306.059)	(255.151)
Atualizações monetárias e cambiais	(17)	(13.122)	(225.068)	(129.294)
(-) Juros capitalizados	-	-	46.209	-
Outros	(57.601)	(47.757)	(63.101)	(55.697)
Total	(60.255)	(69.465)	(548.018)	(440.144)
Resultado financeiro	(31.839)	(25.188)	(464.684)	(320.079)

(24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia que possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas e coligadas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

a) Compra e venda de energia e encargos - Refere-se basicamente à compra e venda de energia através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente.

b) Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços - Referem-se à principalmente serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.

A controladora, CPFL Energia, possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo da Companhia, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2025, conforme requerido no CPC 05 (R1), foi de R\$ 1.285 (R\$ 3.851 em 2024). Este valor é composto por R\$ 1.176 (R\$ 3.127 em 2024) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 35 (R\$ 86 em 2024) de benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo R\$ 74 (R\$ 637 em 2024), e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimento controlados em conjunto:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2023	2025	2024
Suprimento de Energia - Mercado Livre								
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	1.556	332	365	1.558	17.956	500	(2.136)	(2.013)

Algumas controladas da Companhia possuem planos de suplementação de aposentadoria mantidos junto à Família Previdência, oferecidos aos respectivos empregados.

Transações envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A.:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Alocação de despesas entre empresas								
Entidade sob o controle da CPFL Energia	535	735	105	58	-	-	(3.396)	(4.010)
Arrendamento e aluguel								
Entidade sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	-	-	(447)	(390)
Contratos de Mútuo								
Entidade sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	-	848.125	-	-
State Grid Europe Limited ("SGEL")	-	-	102.420	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
Entidade sob o controle da CPFL Energia	-	129.642	-	146.740	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Entidade sob o controle da CPFL Energia	3.037	-	2.315	396	-	-	(4.810)	(4.132)
Compra e venda de energia e encargos								
Entidade sob o controle da CPFL Energia	17.723	9.774	50.032	45.057	225.773	94.631	(705.691)	(681.598)

(25) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	200.000	2.869.000
Transporte	Transporte nacional	-	35.894
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica	-	175.736
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	39.099	165.784
Seguro Garantia	Seguro Garantia	26.025	112.609
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000	1.200.000
Total		415.123	4.559.023

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre a Companhia e suas controladas. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, de acordo com critérios definidos pela Administração.

(26) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível (*)	Controladora				Consolidado			
				31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo											
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 1	188.433	188.433	94.858	94.858	209.500	209.500	296.364	296.364
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	46.349	46.349	18.650	18.650	61.652	61.652	162.073	162.073
Derivativos		(a)	Nível 2	2.053	2.053	-	-	2.053	2.053	115.870	115.870
Total				236.835	236.835	113.508	113.508	273.205	273.205	574.307	574.307
Passivo											
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos		(b)	Nível 2 (**)	-	-	-	-	-	-	38.039	38.039
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos		(a)	Nível 2	-	-	-	-	-	-	515.566	515.566
Debêntures - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (**)	381.909	381.428	-	-	381.909	381.428	2.810.363	1.281.085
Derivativos		(a)	Nível 2	-	-	-	-	-	-	68.424	68.424
Total				381.909	381.428	-	-	381.909	381.428	3.432.391	1.903.114

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora; e
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) consumidores e concessionárias a pagar.

Adicionalmente, não houve em 2025 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia e suas controladas possuem política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o exercício de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 15). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Ativo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
Derivativos Mútuos								
Empréstimos bancários - Mútuos SGEL	1.512	1.512	2.053	(540,7894)	CNH+2,33%	CDI-0,3650%	set/28	100.000
Total Dívida + Mútuos	1.512	1.512	2.053	(541)				

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Saldo em 31/12/2025
Derivativos			
Para dívidas designadas a valor justo	-	2.053	2.053
Total	-	2.053	2.053

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 26).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IGP-M, IPCA, TJLP e SELIC), conforme demonstrado:

d.1. Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2025 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Consolidado				
			Receita (despesa)		Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25%	Elevação/Redução de índice em 50%
			taxa no período	taxa cenário provável (a)			
Instrumentos financeiros ativos	271.085				37.003	46.254	55.505
Instrumentos financeiros passivos	(382.576)				(52.222)	(65.277)	(78.332)
Derivativos - swap plain vanilla	104.592				14.277	17.846	21.415
	(6.899)	Alta CDI	14,90%	13,65%	(942)	(1.177)	(1.412)
Instrumentos financeiros passivos	-				-	-	-
Derivativos - swap plain vanilla	(103.079)				(9.927)	(12.408)	(14.890)
Ativo financeiro da concessão	-				-	-	-
	(103.079)	Alta IPCA	4,26%	9,63%	(9.927)	(12.408)	(14.890)
Total	(109.978)				(10.869)	(13.585)	(16.302)
Efeitos no resultado do período					(10.869)	(13.585)	(16.302)

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contratos - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2025	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	Total
Fornecedores	14	276.291	54	(30)	276.314
Debêntures - principal	15	-	-	380.000	380.000
Outros	17	683	-	-	683
Consumidores e concessionárias		683	-	-	683
Total		276.974	54	379.970	656.998

(27) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia estão relacionados a comercialização de energia elétrica.

Obrigações contratuais em 31/12/2025	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	2.010.607	2.848.646	2.516.683	3.276.574	10.652.510
Total	2.010.607	2.848.646	2.516.683	3.276.574	10.652.510

(28) GESTÃO DE RISCO

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, comercialização e transmissão de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das Transações envolvendo envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento sobre as alterações no Mapa Corporativo de Riscos;
- Deliberar sobre as mudanças de limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de Riscos(s) no Mapa Corporativo de Riscos;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação do limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao Comitê de Auditoria:

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos.

Ao Conselho Fiscal compete, entre outros:

- Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração, divulgação e acuracidade das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia da CPFL Energia cabe:

- Recomendar mudança de metodologias de limite de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia;
- Avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e prestar contas ao Conselho de Administração da CPFL Energia sobre essa avaliação;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação dos limites de riscos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO da CPFL Energia é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões;
- Monitorar as exposições aos riscos de acordo com suas respectivas periodicidades de atualização e acompanhar a implantação dos planos de ação pelos gestores dos negócios;
- Reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos;
- Em caso de extrapolação do limite de risco:

- a. Validar o preenchimento do Formulário de Extrapolação de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações;
- b. Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia;
- c. Acompanhar o *status* dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 34. Adicionalmente as controladas do Grupo estão expostas em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as controladas de distribuição de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 34.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de as controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado pelos segmentos de comercialização e serviços através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. No segmento de distribuição, mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco de mercado das comercializadoras: Esse risco decorre de a possibilidade de as comercializadoras incorrerem em perdas financeiras por conta de variações nos preços que irão valorar as posições de sobras e/ou déficits de energia de seu portfólio no mercado livre, que são marcadas a mercado e suscetíveis a volatilidade associada à flutuação do preço de energia.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pelo Grupo é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2025, observou-se uma hidrologia desfavorável pelo 2º ano consecutivo, registrando 78% da média de longo termo e constituindo o 8º pior no histórico de 95 anos. As regiões mais impactadas foram SE/CO e NE, contudo, devido a ações operativas e de planejamento advindas do Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País – PRR (Art. 30 da Lei nº 14.182, de 2021) foi possível preservar os recursos hídricos e iniciar 2026 com cerca de 46% da capacidade armazenável no Sistema Interligado Nacional. Apesar disso, o ONS tem alertado para riscos pontuais de atendimento eletroenergético, agravado pela elevada participação de fontes renováveis na matriz nacional (40%), perspectiva de hidrologia adversa no verão de 2026 (abaixo de 80%) e atraso no leilão de reserva de capacidade.

Risco de aceleração de dívidas: O Grupo possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas

são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas controladas de distribuição dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas controladas de distribuição.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

O Grupo mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, o Grupo possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais o Grupo estão expostos. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pelo Grupo suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que o Grupo tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, o Grupo não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(29) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de fevereiro de 2026, foi aprovada a incorporação da CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") pela Companhia. A operação contou com a anuência prévia dos credores da CPFL Geração e dos órgãos reguladores competentes, incluindo o deferimento do cancelamento do seu registro de companhia aberta.

A transação teve como objetivo a integração dos negócios de geração e comercialização de energia elétrica, visando à otimização da gestão do portfólio energético, ao aumento da competitividade do Grupo CPFL no mercado livre de energia, bem como ao aprimoramento de sua estrutura societária.

Com a efetivação da incorporação, a CPFL Geração foi extinta, sendo a Companhia sua sucessora universal, assumindo a totalidade dos seus bens, direitos e obrigações.

Por se tratar de evento subsequente ocorrido após o encerramento do exercício social, a referida operação não implicou ajustes nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.



DIRETORIA

XINJIAN CHEN
Diretor Presidente

KEDI WANG
Diretora Financeira

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

XUGEN FAN
Diretor Executivo

EDUARDO JONAS DE MIRANDA
Diretor Comercial

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor Regulatório e de Gestão de Energia

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Financeiros
CRC 1SP321353/O-4